



## GOVERNO PREPARA PILOTO DO PROGRAMA DE CONCESSÕES MUNICIPAIS: CAIXA JÁ MONTOU EQUIPE E AÇÕES INICIARÃO EM NOVEMBRO

*PROPOSTO PELA CBIC E PELA FNP, PROGRAMA SERÁ IMPORTANTE ALAVANCA PARA A RETOMADA DO INVESTIMENTO NOS MUNICÍPIOS E REAQUECERÁ A ECONOMIA*

Divulgação



Presidente da CBIC, José Carlos Martins, em reunião do Programa de Apoio as Concessões Municipais no Ministério do Planejamento, em Brasília

O governo federal vai desencadear, em novembro, um piloto do programa de apoio às concessões municipais. Para isso, foram selecionados seis municípios – Juazeiro (BA), Uberaba (MG); Bauru (SP); São Simão (GO); Teresina (PI); Porto Alegre (RS) – onde serão executados projetos nos segmentos de iluminação pública, saneamento básico, resíduos sólidos e mobilidade urbana. “O projeto piloto é para testar e ver se funciona. Havendo demanda por estudos nós faremos a provisão dos recursos”, informou o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, em reunião de monitoramento do programa realizada em Brasília na última quarta-feira (25/10). “Tenho dito que o Brasil passa por uma revolução, em que um dos

aspectos é a prestação de serviço público com maior participação da iniciativa privada. Esse programa é uma grande oportunidade para o país”, disse José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

Responsável pelo apoio técnico às prefeituras, a Caixa Econômica Federal já formou as equipes que acompanharão os projetos – esses profissionais visitarão os municípios selecionados para finalizar o diagnóstico e preparar as medidas necessárias ao início dos projetos. “A Caixa está ao lado de todos os prefeitos e o nosso objetivo é avançar para prestar o melhor serviço ao cidadão e reduzir as despesas do governo”, afirmou

Gilberto Occhi, presidente do banco estatal. O programa de apoio às concessões municipais está na alçada do Ministério do Planejamento e mobiliza diversos atores do governo federal. Além da Caixa, estão envolvidos o Ministério das Cidades, a Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A (ABGF). Formuladores da proposta, a CBIC, em correalização com o SENAI Nacional, e a Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) também acompanham o projeto.

Na reunião de monitoramento, os prefeitos tomaram conhecimento dos próximos passos e sinalizaram as oportunidades nas suas cidades. Houve consenso na percepção de que programas como esse terão impacto decisivo sobre as economias locais e tornarão possível a melhoria na prestação de serviços públicos no momento em que as administrações enfrentam déficit significativo. “Saneamento é prioridade, a população cobra muito e a prefeitura não tem recursos para ampliar a oferta”, disse Paulo Bonfim, prefeito de Juazeiro (BA). “O suporte aos municípios é muito importante”, afirmou Paulo Pial, prefeito de Uberaba, destacando a expectativa por uma simplificação da legislação. “É um projeto importante. Temos dois bairros em nossa cidade, com 17 mil habitantes, e sem nenhuma infraestrutura. Esse programa cria uma saída para questões como essa”, testemunhou Antonio Gimenes, vice-prefeito de Bauru.

## **SEGURANÇA JURÍDICA COM AGILIDADE**

Outro consenso formado entre os formuladores do programa, endossado pelos prefeitos presentes à reunião, é a necessidade de mecanismos que garantam lisura e transparência aos projetos sem comprometer a agilidade necessária, principalmente diante do objetivo de reaquecer a economia

pela via do investimento. “É preciso um mínimo de pré-condições para agilizar os projetos, com uma regulação que proteja as melhores práticas sem criar empecilhos”, disse o presidente da CBIC. “Há um consenso no Brasil sobre a necessidade de fazermos concessões. A questão hoje é como fazer. A padronização dos contratos e da legislação é inevitável”, comentou Bruno Vanuzzi, secretário de Parcerias Estratégicas da prefeitura de Porto Alegre. “É fundamental que haja segurança jurídica e simplificação dos processos”, afirmou Erick Elísio Reis Amorim, secretário municipal de Concessões e Parcerias da prefeitura de Teresina (PI).

“Temos discutido esse tema em profundidade, na busca de colaborar para que sejam adotados mecanismos que simplifiquem os projetos, sem abrir espaços para qualquer tipo de desvio”, comenta Carlos Eduardo Lima Jorge, presidente da Comissão de Infraestrutura (COP) da CBIC. Segundo ele, a mobilização dos órgãos de controle – especialmente os tribunais de contas – e dos agentes financeiros será decisiva para o bom andamento do programa. A expectativa é padronizar documentos e conquistar aval prévio de tais atores, com vistas a harmonizar entendimentos e jurisprudências, de forma a agilizar processos. “Temos muitas empresas e investidores interessados, mas ainda temos muita gente comprometida apenas com o processo. É preciso focar nos resultados”, opinou José Eugênio Gizzi, vice-presidente da CBIC.

A capacitação e diálogo com os órgãos de controle é outra medida na agenda do programa de apoio às concessões municipais. Essa articulação será liderada pela Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) com vistas a apresentar o programa, discutir eventuais gargalos e fomentar entendimentos e jurisprudência que garantam sua plena execução.

## **FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) TERÁ R\$ 85,5 BILHÕES PARA OBRAS DE HABITAÇÃO, SANEAMENTO E INFRAESTRUTURA EM 2018**

*ORÇAMENTO PODERÁ SER REVISADO PARA BAIXO, CASO MEDIDAS COMO O USO DE RECURSOS DO FUNDO PARA PAGAR O FIES SEJA APROVADO NO CONGRESSO NACIONAL*



Aprovado nesta semana pelo Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS), o orçamento do FGTS para 2018 ficou abaixo do reservado para o exercício de 2017. Serão R\$ 85,5 bilhões, contra R\$ 88,2 bilhões deste ano. Do total previsto para o próximo ano, R\$ 69,5 bilhões serão destinados à habitação, R\$ 6,8 bilhões às obras de saneamento básico e R\$ 8,5 bilhões às de infraestrutura urbana. Também foi aprovado o Orçamento Plurianual de Aplicação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com R\$ 81,5 bilhões no período de 2019/2021.

Entre 2006 e 2015, o FGTS foi responsável por

52% das unidades habitacionais financiadas em todo o País, o que equivale a quase 4 milhões de unidades, de um total de aproximadamente 7 milhões, incluindo o SBPE. A queda no valor do orçamento do FGTS para os próximos anos se deve, principalmente, ao aumento de saques observados no Fundo e à redução de receitas, o que pode ser agravado caso nova modalidade de saque, prevista em Medida Provisória que tramita no Congresso Nacional sobre financiamento estudantil, seja aprovada, permitindo o uso do dinheiro do FGTS para amortizar e/ou quitar empréstimos junto ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) não só de cotistas, mas também dos seus dependentes.

ORÇAMENTO FGTS

Discriminação	2018	2019	2020	2021
<b>1. Habitação</b>	<b>69.470.000</b>	<b>68.000.000</b>	<b>68.000.000</b>	<b>67.500.000</b>
1.1. Habitação popular	62.000.000	62.000.000	62.000.000	62.500.000
1.1.1. Pessoas físicas e jurídicas	52.500.000	52.500.000	52.500.000	53.000.000
1.1.2. Pró-Moradia	500.000	500.000	500.000	500.000
1.1.3. Descontos	9.000.000	9.000.000	9.000.000	9.000.000
1.2. Pró-Cotista	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000
1.3. Operações especiais	1.500.000	1.000.000	1.000.000	0
1.4. Carteira administrada*	970.000	0	0	0
<b>2. Saneamento básico</b>	<b>6.867.000</b>	<b>6.000.000</b>	<b>6.000.000</b>	<b>6.000.000</b>
2.1. Saneamento para Todos	6.000.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000
2.2. Carteira administrada*	867.000	0	0	0
<b>3. Infraestrutura urbana</b>	<b>8.680.000</b>	<b>7.000.000</b>	<b>7.000.000</b>	<b>7.000.000</b>
3.1. Pró-Transporte	7.000.000	7.000.000	7.000.000	7.000.000
3.2. Carteira administrada*	1.680.000	0	0	0
<b>4. Operações urbanas consorciadas</b>	<b>500.000</b>	<b>500.000</b>	<b>500.000</b>	<b>500.000</b>
<b>Total</b>	<b>85.517.000</b>	<b>81.500.000</b>	<b>81.500.000</b>	<b>81.000.000</b>

\* Valores correspondentes ao orçamento remanescente das carteiras administradas.

Para a Câmara Brasileira da Indústria da Construção, o uso do FGTS para quitação de dívidas do FIES inviabiliza investimentos em habitação popular, saneamento e mobilidade urbana. “Vemos com muita preocupação o desvio de recursos do FGTS para quitar dívidas do FIES. Se tal iniciativa for adotada, o Brasil continuará com seus escandalosos índices de déficit habitacional e falta de saneamento, pois comprometerá a aplicação de recursos em habitação, saneamento, infraestrutura, operações urbanas consorciadas e mobilidade urbana, que levam melhorias à qualidade de vida da população de todo o País”, alerta o presidente da CBIC, José Carlos Martins.

A estimativa é que o impacto no FGTS, segundo dados oficiais, seja da ordem de R\$ 30 bilhões. Importante lembrar que, qualquer medida que afete as contas do FGTS levará obrigatoriamente à revisão do orçamento ainda neste ano. “Abrir a possibilidade de saque do Fundo para o pagamento de dívidas do FIES é ir de encontro à indiscutível importância da manutenção da destinação dos recursos do FGTS para os quais ele foi concebido, que é o financiamento de longo prazo à habitação, saneamento e infraestrutura. Não negamos a importância da Educação, mas o segmento já

possui forma própria de financiamento, estímulos fiscais e outras fontes de recursos”, diz Martins. A nova Legislação Trabalhista também deve gerar impactos ao Fundo de Garantia, provocando, inclusive, também uma necessidade de reavaliação do Orçamento pelo Conselho Curador do FGTS, já em fevereiro de 2018.

*“Vemos com muita preocupação o desvio de recursos do FGTS para quitar dívidas do FIES. Se tal iniciativa for adotada, o Brasil continuará com seus escandalosos índices de déficit habitacional e falta de saneamento, pois comprometerá a aplicação de recursos em habitação, saneamento, infraestrutura, operações urbanas consorciadas e mobilidade urbana, que levam melhorias à qualidade de vida da população de todo o País”*

*José Carlos Martins - presidente da CBIC*

O representante da CBIC no CCFGTS, economista Luís Fernando Melo Mendes, avalia que no atual cenário, sem considerar fatos novos, já não há possibilidade de suplementações no orçamento do Fundo, fato que ocorreu ao longo dos últimos 17 anos até 2016. “Os orçamentos, de fato, estão sendo pensados para continuar contribuindo com o desenvolvimento urbano, geração de emprego e renda, mas não há previsão, nem possibilidade, como nos anos anteriores, de suplementação. Além disso, serão observados atentamente todos os limites, como os do orçamento total, do orçamento por programa, do orçamento por Unidade da Federação (UF) e o percentual para contratação mensal, para maximizar a efetividade do FGTS

em sua missão, para que tenha recurso para contratação ao longo de todo o ano."

Sobre a questão da capacidade de financiamento da Caixa Econômica Federal em habitação, tendo em vista que a instituição precisa se adequar às novas normas de risco do sistema financeiro em 2018, Luís Fernando Melo Mendes destaca o Voto aprovado pelo Conselho Curador, que permite à Caixa vender carteiras do FGTS para outros bancos. "Atualmente qualquer agente financeiro habilitado

já pode operar recursos do FGTS, mas não o fazem. Com a nova medida, esses bancos poderão adquirir carteiras sem, contudo, ter o custo da originação do crédito, provável razão da baixa atratividade, além de pulverizar as contratações entre outros agentes financeiros e não apenas a Caixa". O economista destaca ainda a possibilidade do CCFGTS realizar uma operação de Dívida Subordinada Perpétua, que garanta tranquilidade para realizar as contratações com recursos do FGTS com a Caixa nos próximos anos.

## PREPARE-SE: O e-Social ESTÁ CHEGANDO

Assista à palestra de **Gustavo Nicolai**,  
no Facebook da CBIC, em **31 de outubro**,  
a partir das **10h** (horário de Brasília)

 [facebook.com/cbicbrasil](https://facebook.com/cbicbrasil)

Realização:



**CPRT**  
COMISSÃO DE  
POLÍTICA DE  
RELAÇÕES  
TRABALHISTAS



## **PPPS E CONCESSÕES PODEM MOVIMENTAR ECONOMIA EM ESTADOS E MUNICÍPIOS**

*EMPRESÁRIOS DEBATEM DURANTE FÓRUM NO RIO GRANDE DO NORTE ALTERNATIVAS PARA A RETOMADA DE INVESTIMENTOS NO NORDESTE*



*(Da esquerda para direita) Presidente da Comat/CBIC, Dionyzio Klavdianos; presidente da CBIC, José Carlos Martins; assessor da Diretoria de Inovação da Finep, Manoel Lapa e Silva e vice-presidente da CBIC e presidente do Sinduscon-PR, José Eugenio Souza de Bueno Gizzi*

Em meio a recessão e crise fiscal, as Parcerias Público-Privadas (PPP) e concessões despontam como alternativa a retomada de investimentos públicos em estados e municípios, com a vantagem de agregar maior eficiência na prestação de serviços. O assunto foi tema do Fórum Concessões e Parcerias, realizado nesta quinta-feira (26), no auditório do CTGAS-ER, em Natal (RN), e reuniu especialistas, gestores e empresários. A capital potiguar é a 16ª do país a receber o evento promovido pela CBIC em parceria com o SENAI Nacional e o Sinduscon-RN.

As parcerias entre a administração pública e iniciativa privada (PPP e concessões) podem acontecer em diversos setores, com empresas e entes de todos os portes, ampliando o leque de oportunidades de atrair investimentos, profissionalizar a

gestão e qualificar os serviços. Com contratos de longo prazo para projetos de hospitais, resíduos sólidos, rodovias, portos e aeroportos.

"É mais fácil executar empreendimentos menores do que maiores. É preciso saber quais as demandas dos municípios, estados e como agregar valor, como novos serviços, a serem entregues a sociedade", frisa o presidente da CBIC, José Carlos Martins. O executivo citou avanços com a redução do contrato mínimo de R\$ 10 milhões, como forma de atrair mais investimentos.

Arnaldo Gaspar Júnior, presidente do Sindicato da Construção Civil do Rio Grande do Norte (Sinduscon-RN), ressalta a viabilidade de PPPs menores e mais eficientes por meio de consórcio municipal, que está sendo estimulado pelo governo Federal,

para resolver problemas dos pequenos municípios, com a gestão de resíduos sólidos. "Fazer uma PPP para atender 20 a 40 cidades é totalmente viável para as empresas do Rio Grande do Norte. É uma solução para todos os municípios e para as empresas", afirma o presidente do Sinduscon-RN. Ele lembrou ainda a necessidade de desfazer a distorção e mitos que envolvem o conceito de PPP gerados com a construção da principal obra no estado, nesta modalidade, o estádio Arena das Dunas, palco da Copa do Mundo de 2014, em Natal.

O vice-presidente da FIERN, Silvio Torquato, lembrou projetos potiguares que acompanhou enquanto secretário de desenvolvimento econômico do RN, a Arena das Dunas, o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante e o projeto não executado do Hospital de Traumas, mas "pronto para ser desengavetado", segundo ele. "As PPPs podem gerar uma cadeia produtiva de fundamental importância para o desenvolvimento do nosso Estado", disse Torquato.

## **ASPECTOS JURÍDICOS DAS PARCERIAS**

A primeira capacitação ficou a cargo da sócia do escritório de advocacia VG&P, a advogada Angélica Petian, que abordou os aspectos jurídicos e defendeu a necessidade de qualificar a estruturação dos projetos para PPP e concessões, bem como a qualificação da administração pública e dos órgãos de controle para que resultem em maior número de contratos, com foco em eficiência e resultados na prestação de serviços, firmados junto aos entes.

A advogada defende que tais parcerias são um "caminho sem volta" mediante as dificuldades fiscais enfrentadas por estados e municípios e sobretudo pelo avanço em eficiência e tecnologia que as medidas podem agregar a administração públi-

ca. Para isso, além de profissionalizar a gestão, ela pontua a necessidade de criar mecanismos para aferir a excelência durante a execução do contrato e entrega dos serviços, seja à população seja à administração pública. "São contratos de eficiência que permitem avanço tecnológico, tornam a administração pública e o setor privado mais capacitados para a prestação de serviços", destaca Angélica Petian.

Ela também chamou atenção para necessidade das instituições e municípios se adequarem as normas, melhorar o ambiente de negócios, ter segurança jurídica e reduzir a matriz de risco.

## **CAIXA SERÁ ESTRUTURADOR DOS PROJETOS DE PPP**

O Brasil destina menos da metade dos 5% do PIB que deveriam ser direcionados para investimento em infraestrutura. Dos R\$ 275 bilhões (5%) previstos para ser empregados nesse setor, apenas R\$ 120 bilhões foram executados (2014), o que gera um déficit anual de R\$ 155 bilhões. Os dados foram apresentados pelo gerente nacional da Caixa Econômica Federal, Sérgio Rodovalho, durante palestra. Segundo ele, a retomada dos investimentos em infraestrutura, hoje, esbarram em limites fiscais, segurança jurídica e a qualidade dos projetos. "Há muito a ser feito. O poder público não se sustenta sem investimento na prestação de serviço público com qualidade, que pode ser viabilizado por meio dessas parcerias", afirma.

Como solução, ele aponta o financiamento via setor privado. "Atrair investimentos em infraestrutura passa por parcerias entre entes públicos e privados por meio de contratos fortemente vinculados ao desempenho. E o nosso papel é ser estruturador dos estudos para os projetos ter esta eficiência", frisa Rodovalho.



O secretário de Estado de Planejamento e Finanças, Gustavo Nogueira



Vice-presidente da CBIC, Maria Elizabeth Cacho do Nascimento (Betinha), no encerramento do evento, em Natal (RN)

**CASES E DEBATES DÃO PROSSEGUIMENTO A PROGRAMAÇÃO**

No horário da tarde, o secretário de Estado de Planejamento e Finanças, Gustavo Nogueira, abriu as discussões com a palestra "Desafios de Governança Pública para ampliar os investimentos: PPP como alternativa". O gestor expôs a situação fiscal do Estado que enfrenta dificuldades financeiras com a queda de repasses federais, via Fundo de Participação dos Estados (FPE), e também devido ao déficit da previdência. Nogueira destaca a necessidade de viabilizar a reforma previdenciária como forma de devolver capacidade de investimentos ao Estado. Isto porque, explica ele, para sanar, mensalmente, o déficit da folha de inativos e pensionistas do RN o Governo do Estado acaba drenando recursos que poderiam ser destinados a investimentos e contrapartidas para a realização de PPPs. Ele apresentou ainda projetos, nesta modalidade, que estão com estudos em andamento.

Em seguida, dois casos de parcerias considerados exitosos foram apresentados aos participantes do evento. O primeiro, a PPP de saneamento no Piauí, com previsão de R\$ 282 milhões para 2017 e 2018. E com metas de melhorias na prestação do serviço que deve ampliar, já no primeiro ano - até 2018, de 90 para 100% o atendimento de água no estado, em relação ao coleta de

esgotos crescimento de 20% para 40%, além da redução de 43% para 32% as perdas geradas na distribuição da água. O gestor da superintendência de parcerias e concessões do Piauí, Gil Alves Jr, detalhou o trâmite, modelagem, planejamento e ações adotadas.

O segundo cenário " As perspectivas para PPP de iluminação pública de Fortaleza" ficou a cargo do representante da Prefeitura de Fortaleza (CE), Alfredo Serejo, que mostrou as mudanças realizadas no parque de iluminação pública da capital cearense, com melhorias e substituição de luminárias convencionais por pontos de led e telegestão. O município está no processo de decisão do modelo de parceria e busca oportunidades para viabilizar os projetos na rede de iluminação. Os cases foram seguidos de debate mediado pelo advogado Leonardo Braz, sobre aspectos jurídicos e administrativos dos processos firmados nos estados nordestinos.

O presidente do Sinduscon-RN, Arnaldo Gaspar Júnior, destacou durante o encerramento a importância do seminário como iniciativa para que empresários da construção civil, gestores públicos e entidades possam, nos municípios, dar prosseguimento as ações apresentadas como via para o crescimento. Ao encerrar o evento a vice-presidente da CBIC, Elizabeth Cacho Nascimento, parabenizou a realização do evento pelo Sinduscon e entidades parceiras.

## FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO - BRASIL RECURSOS SBPE

### FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO - VALORES

Acumulado 12 meses	Valores financiados R\$ bilhões
Out/15 a Set/16	47,16
Out/16 a Set/17	45,64
<b>Variação % neste período</b>	<b>-3,2</b>

Fonte: Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip).  
SBPE: Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.  
Obs.: Volume de empréstimos para aquisição e construção.

### FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO - UNIDADES

Acumulado 12 meses	Unidades financiadas (mil)
Out/15 a Set/16	208,44
Out/16 a Set/17	183,45
<b>Variação % neste período</b>	<b>-12,0</b>

Fonte: Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip).  
SBPE: Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.  
Obs.: Refere-se a aquisição e construção.

## AGENDA



**30 de outubro**

**OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO EM OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS**  
Local: Curitiba, Sede do Sinduscon-PR  
Rua da Glória, 175. Centro Cívico



**31 de outubro**

**WORKSHOP TÉCNICO – RESULTADOS E AÇÕES FUTURAS – O FUTURO DA MINHA CIDADE**  
Local: Auditório do Codese Goiânia - GO  
Avenida Olinda, Quadra H-4, Lotes 01, 02 e 03, nº 960, Edifício Lozandes Corporate Design - Mezanino da Torre Business - Setor Park Lozandes



**31 de outubro**

**WORKSHOP TÉCNICO: ÁREAS CONTAMINADAS REGIONAL SANTO ANDRÉ SINDUSCON-SP**  
Local: Auditório da OAB – 38ª Subseção de Santo André Avenida Portugal, 233 - Centro - Santo André/SP



**31 de outubro**

**PALESTRA COM TRANSMISSÃO AO VIVO: “A GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NO E-SOCIAL”**  
Horário: a partir das 10h  
Local: [facebook.com/cbicbrasil](https://www.facebook.com/cbicbrasil)



**06 de novembro**

**ROADSHOW BIM**  
Local: João Pessoa-PB



**08 de novembro**

**REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CBIC**  
Local: Sede da CBIC  
SBN, Quadra 1, Bloco I, Edifício Armando Monteiro Neto, Sala de Reunião do TÉRREO

#### EXPEDIENTE:

Presidente da CBIC: José Carlos Martins  
Equipe de Comunicação:  
Doca de Oliveira – [coordenacao.comunicacao@cbic.org.br](mailto:coordenacao.comunicacao@cbic.org.br)  
Ana Rita de Holanda – [jornalista@cbic.org.br](mailto:jornalista@cbic.org.br)  
Sandra Bezerra – [comunica@cbic.org.br](mailto:comunica@cbic.org.br)  
Paulo Henrique Freitas de Paula – [arte@cbic.org.br](mailto:arte@cbic.org.br)  
Carmen Cunha - [redacao@cbic.org.br](mailto:redacao@cbic.org.br)

Vando Barbosa - Coordenador de Marketing - [marketing@cbic.org.br](mailto:marketing@cbic.org.br)  
Projeto Gráfico: Radiola  
Diagramação: Paulo Henrique Freitas de Paula  
Telefone: (61) 3327-1013